

# Critérios de comunhão e construção da comunidade

Nesta reflexão procuro desenvolver, antes de mais, as bases teológicas da comunhão, para destacar, depois, critérios de eclesialidade e elementos operativos de comunhão. Assim, num primeiro ponto, analiso sumariamente os fundamentos teológicos da Igreja como comunhão. Numa segunda parte debruço-me sobre critérios estruturantes de uma eclesiologia de comunhão. A terceira e última parte é dedicada principalmente a aspectos que tornam operativa a comunhão e possibilitam a construção de comunidade.

## 1. Fundamentos teológicos da Igreja como comunhão

Como é sabido, a visão da Igreja como comunhão tornou-se perspectiva central na recepção do Concílio Vaticano II, o que foi reconhecido pelo Sínodo Extraordinário dos Bispos de 1985<sup>1</sup>. Na realidade, porém, ela traduz a experiência elementar cristã desde as origens, a experiência nuclear do ser cristão em Igreja. A visão da Igreja como comunhão apresenta-se, aliás, hoje também como horizonte comum, no essencial, entre todas as Igrejas e Comunidades Eclesiais, que, de resto, só podem querer buscar a unidade

---

<sup>1</sup> *Synthèse des travaux de l'assemblée synodale. Le rapport finale voté par les Pères*, in La Documentation Catholique 1909 (1986) 39.

entre si a partir da certeza de fé e da experiência vivenciada de uma comunhão fundamental que já existe entre elas <sup>2</sup>.

Sete perspectivas, que de algum modo se entrelaçam como que vendo a mesma realidade sob diversos ângulos, tornam suficientemente explícitas as razões da centralidade da comunhão na experiência cristã. Tomar consciência reflexa destas dimensões da comunhão é importante em ordem a ter-se uma visão abrangente e centrada no essencial do que está aqui em causa. Por isso mesmo, alguns dos aspectos assinalados revelam-se como fios condutores que reaparecem nas partes seguintes desta reflexão.

### 1.1. *A realidade do Mistério de Deus em que acreditamos*

O Deus cristão não é um ser solitário, mas revelou-se como Mistério de amor e de comunhão, relação mútua pessoal, amor que se dá na obra da criação e da salvação. A autocomunicação e auto-doação de Deus na história humana, tal como nos é manifestada em Jesus Cristo, revela-nos o Mistério de Deus como vida partilhada e comunidade relacional, como comunhão do Pai e do Filho no Espírito Santo, como unidade vivida na entrega total de si mesmas das Pessoas divinas. Deus é, por definição, um ser relacional, «comunidade diferenciada» <sup>3</sup>, e esse é o dado originário que qualifica a vivência da fé cristã e a identidade da Igreja: «Nós não somos chamados à *koinônia* porque ela é 'boa' para nós e para a Igreja, mas porque nós cremos num Deus que é *koinônia* no seu próprio ser» <sup>4</sup>.

A comunhão está, pois, enraizada no desígnio de Deus de se comunicar aos homens em Jesus Cristo na força do Espírito Santo. No princípio está a Comunhão, o Amor Eterno e insondável de Deus que se comunica às suas criaturas, convidando, em proposta de liberdade, a uma história de comunhão de vida com Ele e entre

---

<sup>2</sup> Cf. A. BIRMELE, *La communion ecclésiale. Progrès oecuméniques et enjeux méthodologiques*, Paris-Genève 2000, 319-360; *L'Église comme communion. Déclaration de la Commission mixte anglicane-catholique (ARCIC II)*, in *La Documentation Catholique* 2026 (1991) 381-391.

<sup>3</sup> Cf. CH. DUQUOC, *Le christianisme et l'invention de la personne*, in *Lumière et Vie* 249 (2001) 57-61

<sup>4</sup> J. ZIZIOULAS, *L'Église comme communion*, in *La Documentation Catholique* 2079 (1993) 824.

elas. «A comunhão – sublinha a Carta Apostólica *Novo Milenio Ineunte* – é o fruto e a expressão daquele amor que, brotando do coração do Pai eterno, se derrama em nós através do Espírito que Jesus nos dá (cf. Rom 5,5), para fazer de todos nós ‘um só coração e uma só alma’ (Act 4, 32)»<sup>5</sup>.

## 1.2. A comunhão como conteúdo do dom da salvação

O acontecimento da salvação é radicalmente uma experiência de comunhão: participação comum nos dons de Deus em Jesus Cristo pelo seu Espírito. A referência a uma vida participada e partilhada por todos é, como é bem conhecido, o sentido bíblico original e a ideia dominante implicada na palavra *koinônia* (comunio – comunhão): participação nos mesmos bens da salvação (no mesmo Espírito, no mesmo Evangelho, no único Baptismo, na mesma Eucaristia).

Essa participação exprime-se, é chamada a traduzir-se numa nova maneira de viver e estabelece ao mesmo tempo uma nova relação fraterna entre aqueles que se tornaram «filhos no Filho»<sup>6</sup>. A comunhão nestas realidades santas é que funda, gera a comunhão dos santos, dos que são santificados. Como dom recebido, «a *koinônia* é a expressão positiva da reconciliação com o Pai e entre as pessoas humanas realizada pela Morte e Ressurreição de Cristo; ela é o próprio conteúdo da graça da Salvação». A comunhão – prossegue J. M. Tillard – «é a forma que toma esta vida da graça, por sua própria natureza e por causa da sua origem última na vida trinitária de Deus»<sup>7</sup>.

A salvação surge-nos, pois, como um acontecimento essencialmente comunitário, realizador e ao mesmo tempo apelativo de comunhão, um acontecimento que diz respeito ao mais profundo do coração, mas que ganha rosto visível numa comunidade irradiada-

---

<sup>5</sup> *Novo Milenio Ineunte*, 42.

<sup>6</sup> Cf. J. E. BORGES DE PINHO, *Comunhão eclesial, fermento de um mundo novo*, in G. DE OLIVEIRA MARTINS e outros, *Visão Cristã da Solidariedade*, Lisboa 1991, 127-129; ID., *Igreja, projecto de comunhão solidária*, in *Humanística e Teologia* 15 (1994) 118-121. Cf. também a literatura aí indicada.

<sup>7</sup> J. M. TILLARD, *Ecclésiologie de communion et exigence oecuménique*, in *Irénikon* 59 (1986) 201.

dora de comunhão. A esta luz, a realidade da Igreja-comunhão é o «conteúdo central do 'mistério', ou seja, do plano divino de salvação da humanidade»<sup>8</sup>.

### 1.3. A Igreja como mistério-sacramento de comunhão

Fruto da iniciativa e dos dons de Deus, a Igreja é mistério de comunhão no Espírito, que – como princípio interno de vida – une os homens com Cristo e entre si pelos laços da fé, da esperança, do amor, do serviço e da reconciliação, na multiplicidade das pessoas e das situações, numa solidariedade que ultrapassa os limites do espaço e do tempo. Falar da Igreja como «mistério de comunhão» é apontar para o seu fundamento primeiro e para a sua relação vital com o Mistério da Santíssima Trindade. A Igreja é a primeira e fundamental realização da vontade divina de comunhão, a sua mais profunda identidade é ser espaço de realização do amor que vem de Deus e que Deus é, ela é «um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo»<sup>9</sup>. Na origem da Igreja, no seu peregrinar na história, na meta final para onde caminha a Igreja está, pois, assinalada pelo Mistério de Deus uno e trino. Ela reflecte em si a comunhão trinitária, é a «concreta representação sacramental-simbólica do mistério trinitário, ícone da Trindade»<sup>10</sup>.

Pode assim dizer-se que a *koinônia*, vista ao mesmo tempo no seu enraizamento trinitário e no seu desdobramento fraternal, é «a própria substância da Igreja de Deus». Ou seja, o próprio ser da Igreja é comunitário, pelo que não estamos apenas diante dum «modelo» eclesial entre outros (que poderiam dar configuração histórica à Igreja) ou de uma qualquer simples norma de comportamento cristão. O que está em causa na comunhão – sublinha ainda J. M. Tillard – «é a própria carne do ser cristão»<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> *Christifideles Laici*, 19.

<sup>9</sup> *Lumen Gentium*, 4. «A Igreja é esta convocação dos homens pelo Pai à volta de Cristo graças à acção do Espírito Santo. Povo de passagem, vindo do Pai, ela regressa ao Pai, pela mediação do Filho, sob o sopro do Espírito Santo»: J. RIGAL, *Le mystère de l'Église. Fondements théologiques et perspectives pastorales*, Paris 1992, 11.

<sup>10</sup> W. KASPER, *Die Kirche als Sakrament der Einheit*, in *Internationale Katholische Zeitschrift Communio* 16 (1987) 6.

<sup>11</sup> J. M. TILLARD, *Ecclésiologie de communion*, 218.

#### **1.4. *A comunhão exprime o essencial cristão: o amor a Deus e ao próximo***

O Evangelho de Jesus como o Revelador definitivo do Pai na força do Espírito Santo é a proclamação do amor misericordioso de Deus que possibilita um caminho de vida como amor a Deus e ao próximo. A novidade salvadora que Jesus traz na relação entre Deus e os homens, sinalizando e tornando possível um caminho de progressiva comunhão com o mesmo Deus, tem como dimensão concomitante o emergir de um novo relacionamento dos homens entre si, chamados a reconhecer-se mutuamente como irmãos.

No Evangelho de Jesus proclama-se e testemunha-se que o autêntico amor a Deus não se pode realizar à margem do concreto amor ao próximo, sem o amor aos irmãos não é possível amor real e crível a Deus (1 Jo 4, 19-21) <sup>12</sup>. No amor a Deus e ao próximo consiste, de facto, o nuclear do Evangelho e o decisivo nos caminhos da salvação, está o primeiro e o maior, a síntese de todos os mandamentos. O amor praticado na vida quotidiana para com os que necessitam de nós apresenta-se mesmo como o lugar por excelência de encontro com o Mistério de Deus e como caminho universal de salvação <sup>13</sup>. «A caridade – escreve por sua vez João Paulo II na *Novo Millenio Ineunte*, resumindo este elemento central da experiência cristã – é verdadeiramente o ‘coração’ da Igreja [...]» <sup>14</sup>.

#### **1.5. *O amor e a comunhão como sentido da vocação humana***

À luz do Mistério de Deus, que é em si mesmo acontecimento de amor e de diálogo, descobrimos o sentido último da nossa existência e da realidade em geral. O amor que é o cerne do Mistério de Deus é também a raiz profunda da humanização do homem, é a lei fundamental e a estrutura básica de toda a realidade.

Isso mesmo se torna particularmente manifesto na pessoa de Jesus e no seu modo de existência como «radical ser para os

---

<sup>12</sup> Cf. ainda Lc 10, 29-37; Lc 15, 11-32; Mt 22, 36-40; Mt 25, 40; Rm 13, 8-10; Gl 5, 13-15.

<sup>13</sup> Cf. M. KEHL, *Hinführung zum Glauben*, Topos-Taschenbücher 235, Mainz 1995, 71 s.; J. MOINGT, *L'homme qui venait de Dieu*, Paris 1993, 485 s.

<sup>14</sup> *Novo Millenio Ineunte*, 42.

outros». O Evangelho torna visível, como sinal e proposta, que «o amor é o sentido do ser», que estamos estruturalmente vocacionados para sermos seres em relação e em comunhão<sup>15</sup>. O sentido mais profundo do viver humano está na doação ao outro, no amor solidário, na comunicação existencial do amor que liberta e impulsiona ao desenvolvimento da pessoa: o ser humano só pode encontrar verdadeiramente a sua identidade pessoal pelo salto de si mesmo em direcção ao outro, o homem «não se pode encontrar plenamente a não ser no sincero dom de si mesmo»<sup>16</sup>.

A proposta cristã da comunhão indica, assim, que somos felizes se e na medida em que nos abrimos aos outros e realizarmos a nossa vida nessa perspectiva, ela conduz-nos, no dom recíproco, pela ultrapassagem do isolamento e do egoísmo, ao desenvolvimento da autêntica personalidade. Compreende-se, então, como, no seu agir histórico, a Igreja não tem também outra lei senão a da doação concreta e viva de si mesma. A Igreja, como os homens que são seus membros, não pode realizar-se plenamente senão pelo dom sincero de si mesma<sup>17</sup>.

### **1.6. *A Igreja, comunidade fraterna e sacramento da fraternidade humana***

A comunhão dada por Deus deve necessariamente desembocar nas relações de comunhão fraterna entre aqueles que acreditam em Jesus e são habitados pelo seu Espírito. A comunhão exprime-se e realiza-se assim como relacionamento fraterno, preocupação e apoio mútuos, sentido de responsabilidade pelo outro, partilha de dons e de bens uns com os outros, participação em acções comuns, rede de relações e de permutas. Na vivência da comunhão e do amor fraternos está, aliás, um critério decisivo de manifestação e

---

<sup>15</sup> Cf. W. KASPER, *Unicidad y universalidad de Jesucristo*, in A. VARGAS-MACHUCA (ed.), *Jesucristo en la historia y en la fe. Semana Internacional de Teología*, Salamanca 1977, 278 s.; SANTIAGO DEL CURA ELENA, *Hablar de Dios en los umbrales del tercer milenio: tarea y oportunidad pra el ecumenismo*, in «*Ecclesia una*». *Homenaje en honor del Excmo. Monseñor D. Adolfo González Montes*, ed. pelo Centro de Estudios Orientales y Ecuménicos «Juan XXIII», Salamanca 2000, 262

<sup>16</sup> *Gaudium et Spes*, 24.

<sup>17</sup> Cf. Id.

de discernimento da verdadeira salvação: «Nós sabemos que passámos da morte para a vida, porque amamos os irmãos» (1 Jo 3, 14)

Elemento básico do viver como comunidade fraterna é, a nível interno, a consciência da igualdade fundamental de todos os crentes. O carácter comunal da Igreja tem de traduzir-se na percepção prática e coerente de que há um nível – e esse é o mais importante – no qual todos os membros da Igreja são radicalmente iguais, participam da mesma vocação fundamental, da mesma dignidade, do mesmo e único privilégio que os faz a todos filhos do mesmo Pai, irmãos do mesmo Senhor, templos do mesmo Espírito<sup>18</sup>

Mas a fraternidade vivida internamente é chamada a irradiar para fora do espaço visível da Igreja. A missão da Igreja no mundo é ser «sacramento da união íntima com Deus e da unidade de todo o género humano»<sup>19</sup>, isto é, ela é chamada a ser sinal e instrumento do amor de Deus para com os homens e da fraternidade destes entre si, tornando visível e crível que na comunhão com Deus e os irmãos o homem encontra a possibilidade de mais plena realização e o caminho pelo qual será possível ir tornando este mundo mais humano e mais fraterno até à plenitude do Reino de Deus. Ressalta aqui a estreita ligação que existe entre comunhão eclesial e serviço neste mundo, entre vivência interna eclesial e construção humana do mundo, ou seja, a *koinônia* não pode dissociar-se da diaconia a favor do mundo inteiro. Percebe-se, então, como a capacidade de a Igreja ser «sacramento universal de salvação» está em relação profunda com a sua capacidade de ser «sacramento da fraternidade humana»<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> «Os cristãos não devem perder de vista que só a sua dignidade de *cristãos* lhes possibilita fazer valer o seu 'lugar' na Igreja (...) e não qualquer espírito de reivindicação secular. Mas, correlativamente, nenhum poder, nenhum cargo, nenhuma responsabilidade, por mais 'hierárquicos' que sejam, poderiam ter sentido eclesial senão na medida em que os seus detentores os exercem em nome do que eles têm em comum com aqueles para os quais eles os exercem (...): J. DORÉ, *L'Église à la veille du grand Jubilé 2000. Relire Lumen Gentium*, in *La Documentation Catholique* 2190 (1998) 876.

<sup>19</sup> *Lumen Gentium*, 1.

<sup>20</sup> Cf. M.-J. LE GUILLOU, *La sacramentalité de l'Église*, in *La Maison Dieu* 93 (1968) 31. Cf. ainda J. FEINER, *Kirche und Heisgeschichte*, in *Gott in Welt. Festgabe für Karl Rahner*, Vol. 2, Freiburg-Basel-Wien 1964, 331; A. BIRMELÉ, *La communion ecclésiastique*, 357 s.; W. KASPER, *Der Diakon in ekklesiologischer Sicht angesichts der gegenwärtigen Herausforderungen in Kirche und Gesellschaft*, ID., *Theologie und Kirche*, II, Mainz 1999, 151 ss.

### 1.7. *Comunhão como horizonte final da esperança cristã*

O dom da salvação acontece como participação num estado colectivo, numa realidade essencialmente comunitária, numa graça que visa fundamentalmente a totalidade. A Igreja é a porção da humanidade que, na fé e pelo poder do Espírito Santo, acolhe a possibilidade de viver este novo estado, na dependência da iniciativa salvadora de Deus em Jesus e na força do seu Espírito. A Igreja, povo de Deus a caminho do Pai, é sinal desta Presença salvadora de Deus que irrompe nesta história para a libertar e levar a humanidade a uma plenitude de comunhão, ela é chamada a ser «parábola» viva de comunhão na expectativa esperançosa da sua realização final.

A concreta história da salvação emerge assim, tanto no seu início como nas suas expressões ao longo do tempo e no seu horizonte final, como acontecimento de comunhão pela solidariedade. «Primogénito entre muitos irmãos, estabeleceu, depois da sua morte e ressurreição, com o dom do seu Espírito uma nova comunhão fraterna entre todos os que O receberam com fé e caridade, a saber, na Igreja, que é o seu Corpo, no qual todos, membros uns dos outros, se prestam mutuamente serviço segundo os diversos dons a cada um concedidos». «Esta solidariedade – prossegue o texto conciliar – deve crescer sem cessar até se consumir naquele dia em que os homens, salvos pela graça, darão perfeita glória a Deus, como família amada do Senhor e de Cristo, seu irmão»<sup>21</sup>.

## 2. Critérios estruturantes de uma eclesiologia de comunhão

No sentido de uma clarificação precisa do que se entende aqui por critérios estruturantes, importa atender a três observações prévias elementares:

- a) Trata-se de critérios que não podem deixar de orientar-se pelos e de corresponder aos princípios constitutivos da identidade eclesial, àqueles elementos que dão identidade fundamental ao ser verdadeira Igreja de Jesus Cristo.

---

<sup>21</sup> *Gaudium et Spes*, 32

- b) Importa não esquecer que, quando se fala de critérios neste domínio da verdade da fé e da autenticidade do ser Igreja, estamos a referir-nos a elementos básicos de discernimento, de interpretação e clarificação da realidade vivida a partir da fé como comunidade crente, não quer dizer que nos encontremos na posse de um qualquer instrumento fixo e facilmente manuseável, de um critério lógico e racionalmente concludente, que, de resto, não existe nem pode existir em questões da verdade da fé.
- c) Convém, além disso, anotar que me situo aqui no horizonte da Igreja Local/Particular e, sobretudo, na perspectiva da comunidade cristã local.

### **2.1. A disponibilidade para acolher a acção do Espírito**

O primeiro e básico critério consiste na centralidade que cabe na existência cristã e na vida eclesial ao acolhimento do Mistério revelado em Jesus Cristo e que se nos torna presente e actuante pelo Espírito Santo.

Na disponibilidade permanente para acolher a acção do Espírito Santo e para lhe ser fiel está em jogo e manifesta-se o dado primordial do ser Igreja de Jesus Cristo. Um texto da *Lumen Gentium* di-lo inequivocamente: «São plenamente incorporados à sociedade que é a Igreja aqueles que, tendo o Espírito de Cristo, aceitam toda a sua organização e os meios de salvação nela instituídos, e que, pelos laços da profissão da fé, dos sacramentos, do governo eclesiástico e da comunhão, se unem, na sua estrutura visível, com Cristo, que a governa por meio do Sumo Pontífice e dos Bispos. Não se salva, porém, embora incorporado à Igreja, quem não persevera na caridade: permanecendo na Igreja pelo 'corpo', não está nela com o coração»<sup>22</sup>. Como se vê, caracterizam-se os diversos elementos de pertença plena à Igreja, mas o pressuposto básico, o elemento vital essencial que acaba por determinar a presença efectiva ou não da Igreja de Deus é ter o Espírito de Jesus Cristo.

Falar do Espírito Santo – a presença e acção continuadas de Deus no coração das pessoas e na história humana, a mediação

---

<sup>22</sup> *Lumen Gentium*, 14.

permanente do agir salvífico do Pai e do Filho na história – pode parecer um critério demasiado volátil, com pouca consistência clarificadora. E, sem dúvida, ele necessita de ser enquadrado em relação com os outros critérios, não dispensando a tarefa de discernimento dos sinais que mostram a autenticidade da presença do Espírito. Na realidade, porém, a referência ao Espírito Santo é absolutamente determinante, pois é a presença e acção do Espírito que é o princípio de vida da Igreja e a fonte dinamizadora de todo o agir crente como indivíduos e comunidades.

De facto, é o Espírito que possibilita radicalmente a atitude crente, que torna existencialmente possível a actualização do acontecimento Jesus, que dá eficácia a todos os sinais cristãos, que assegura a permanência fundamental na verdade da fé e a actualização profética da verdade e do amor de Cristo nas concretas situações históricas. O Espírito Santo, que dá os seus diversos dons a todos os membros da Igreja, suporta a unidade e a diversidade, fomenta a complementaridade de dons e tarefas, anima os vários sujeitos pessoais e colectivos a viverem com fidelidade a sua responsabilidade de pessoas e comunidades crentes. A existência cristã é, antes de mais, escuta do Espírito Santo, obediência aos seus indicativos, sensibilidade atenta ao que Deus nos quer dizer nos caminhos, por vezes incertos e complexos, do nosso viver (cf. Ap 2,7.11.17).

A afirmação deste critério significa a exigência de a consciência cristã se colocar numa referência constante a um dado elementar: os cristãos e as Igrejas só podem ser fiéis à verdade na comum obediência ao Espírito. A atenção a este critério supõe sensibilidade para a vida real, impele ao reconhecimento dos diversos dons e carismas, relativiza saudavelmente o instituído a favor do acontecimento de graça, capacita para o acolhimento inovador da tradição, desperta para a captação das interpelações de Deus em cada momento da história. Trata-se, no fundo, de perceber o que é verdadeiramente nuclear, essencial, no acontecimento cristão e na vida da Igreja. E aqui está também – na comum abertura e acolhimento da acção do Espírito – o cerne de todo e qualquer esforço de reencontro ecuménico.

## 2.2. *A fidelidade ao anúncio do único Evangelho e à comum confissão de fé*

Comunhão eclesial radica na escuta e no acolhimento da Palavra de Deus e traduz-se em anúncio e testemunho comuns, em contextos diversos embora, do mesmo e único Evangelho, no qual se condensa como sua expressão culminante a Palavra de Deus que interpela o homem. É o Evangelho que, pela acção do Espírito, funda a identidade cristã e reúne os crentes em comunidade. A Igreja nasce, vive, cresce onde pessoas sob a acção do Espírito Santo se convertem ao Evangelho de Jesus e são reunidas em comunidade.

No anúncio do Evangelho pela palavra e pela vida enraíza-se e ganha fecundidade a vivência da comunhão. O Evangelho proclamado, acolhido e anunciado é encontro salvífico com o Senhor glorificado, é luz que ilumina o sentido dos acontecimentos, é fonte que impulsiona para as exigências do amor cristão, é força identificadora que torna perceptíveis e eficazes todos os sinais cristãos.

Naturalmente que se trata do Evangelho de Jesus acolhido na experiência crente da primitiva comunidade cristã (a comunidade dos apóstolos e primeiros discípulos de Jesus) e transmitida ao longo dos séculos na vida de toda uma comunidade crente. Ou seja, é o Evangelho reconhecido e proclamado ao longo dos tempos na profissão de fé de toda a comunidade eclesial, enquanto sujeito hermenêutico e ortoprático na transmissão da fé e no testemunho do seguimento de Jesus.

Pressuposto fundamental da comunhão é, pois, a unidade fundamental na mesma fé: «se alguém vos anuncia como Evangelho o contrário daquilo que recebestes, seja anátema» (Ga 1, 8-9; cf. 2 Cor 11,4). Uma unidade fundamental na fé que radica no acolhimento de uma Verdade que vem de Deus, que se nos revelou plenamente em Jesus Cristo (cf. 1 Cor 8,6). Uma Verdade que tem uma mensagem e um conteúdos definidos, que se nos manifesta e é oferecida dentro duma história concreta de salvação, que aponta para uma determinada visão da dignidade e da vocação humanas, que tem implicações essenciais para todos os âmbitos do viver humano <sup>23</sup>.

Um critério fundamental na vivência da comunhão é realmente este sentido de uma Verdade que vem de Deus, que não inventamos,

---

<sup>23</sup> Cf. J. M. TILLARD, *Ecclésiologie de communion*, 225 s.

que não está à nossa disposição, antes nos interpela a acolhê-la na sua autenticidade e em plenitude.

### ***2.3. A autenticidade da celebração da fé em comunhão com toda a Igreja***

A comunhão exprime-se e sedimenta-se na celebração da mesma fé, através dos sacramentos e de modo particular na Eucaristia. Encontramos aí sinais e momentos particularmente densos da iniciativa salvadora de Deus que vem ao nosso encontro no hoje que vivemos, estamos diante de lugares privilegiados (ainda que não exclusivos) da presença e acção do Espírito no seio da comunidade crente.

Na sinalização, vivência e crescimento da comunhão eclesial cabe – como todos sabemos e reconhecemos – um lugar central à Eucaristia. A Eucaristia, cume e fonte da vida da Igreja <sup>24</sup>, é um lugar particularmente denso da presença do Senhor pelo seu Espírito, um lugar que de certa forma assume e concentra todos os elementos constitutivos do mistério da Igreja: a acção criadora do Espírito, o anúncio do Evangelho, a dimensão de apostolicidade pela presidência do ministério ordenado (particularmente, do bispo), a comunidade com um rosto próprio concretamente reunida num determinado lugar. Estes elementos, que são fonte, sinal e instrumento do acontecimento salvífico e, assim, condições da eclesialidade duma Igreja local, encontram na Eucaristia o seu ponto culminante, ao nível real-simbólico, de concretização sacramental.

É por esta densidade eclesial, expressa e sintetizada na celebração eucarística, que a Igreja local não é uma simples parcela da Igreja universal, mas a realização num local concreto, numa determinada porção do Povo de Deus, da totalidade do mistério da Igreja; ela é uma manifestação real, uma concentração plena de densidade da Igreja universal num local determinado <sup>25</sup>. É precisamente esta percepção da Eucaristia como lugar que condensa e concentra os elementos que constroem a vida em comunhão e edi-

---

<sup>24</sup> Cf. *Sacrosanctum Concilium*, 10. Cf. J. E. BORGES DE PINHO, *A Eucaristia faz a Igreja. A Igreja faz a Eucaristia*, in *Eboresia* 13 (2000) 39-64.

<sup>25</sup> Cf. J. E. BORGES DE PINHO, *A recepção como realidade eclesial e tarefa ecuménica*, Lisboa 1994, 119-125, e a literatura aí indicada.

ficam a Igreja que constitui a raiz da chamada «eclesiologia eucarística», a intuição central que permitiu ao Concílio lançar as bases de uma teologia da Igreja local e, conseqüentemente, compreender a Igreja universal como comunhão de Igrejas. Na Eucaristia manifesta-se que a Igreja é necessariamente local e necessariamente comunhão de Igrejas.

Mas, numa perspectiva de vivência da comunhão e de construção da comunidade (a perspectiva que nos interessa aqui sobremaneira), importa ressaltar ainda dois aspectos. Por um lado, a Eucaristia é sempre acontecimento comunitário, expressão e exigência de comunhão. Na Eucaristia celebramos a comunhão fraterna como fruto dos dons de Deus em que todos participamos <sup>26</sup>. Percebe-se, então, como a celebração da Eucaristia, na forma como acontece, é percebida e é vivida, é um barómetro fundamental em termos indicativos da comunidade eclesial que somos.

Por outro lado, na Eucaristia a Igreja vive e renova a sua identidade como mistério de comunhão e comunidade para a missão. A Eucaristia é o lugar privilegiado em que a Igreja afirma e redescobre a sua identidade de comunidade convocada sempre de novo para o acolhimento do verdadeiro Deus (é a dimensão da comunhão, da contemplação, da vida interior, da mística) e para o envio ao serviço da humanidade do homem à luz de Deus (é a dimensão da missão, da acção, da vida no meio do mundo, da política). A esta luz, a Eucaristia pergunta sempre pela presença ou ausência de dinamismos essenciais de construção de comunidade.

#### **2.4. *A comunhão com o ministério apostólico, dentro duma diversidade de ministérios***

Para a vivência e a expressão da comunhão tem uma importância crucial a presença estrutural e a acção institucional do ministério na continuidade da missão dos apóstolos.

---

<sup>26</sup> «A comunhão eucarística com Cristo presente, que nutre a vida da Igreja, é ao mesmo tempo comunhão no Corpo de Cristo que é a Igreja. A partilha do mesmo pão e do mesmo cálice, num determinado lugar, manifesta e realiza a unidade dos participantes com Cristo e com todos os comungantes, em todos os tempos e em todos os lugares»: FÉ E CONSTITUIÇÃO – CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS, *Batismo – Eucaristia – Ministério. Convergência da Fé*, n.º 19, p. 32. Cf. ainda J. M. TILLARD, *Ecclésiologie de communion*, 219 ss.

O ministério ordenado, guarda da «memória» e da tradição eclesiais, tem a missão de conservar, garantir e fazer crescer a comunhão no anúncio do Evangelho, na celebração da fé e no serviço fraterno, assegurando a coesão no interior da comunidade e exprimindo ao mesmo tempo a sua ligação ao conjunto das comunidades cristãs espalhadas pelo mundo, na concreta visibilidade da universalidade da Igreja de Jesus Cristo<sup>27</sup>. Cabe-lhe a missão específica – mormente na sua configuração mais plena de ministério episcopal na sucessão apostólica – de manter a Igreja na continuidade apostólica, na fidelidade permanente à doutrina e ao testemunho dos apóstolos. O ministério episcopal, sinal e garante ins-titucional da apostolicidade da Igreja, preside à construção da Igreja local ao mesmo tempo que a inscreve visivelmente na comunhão das Igrejas.

Mas importa também lembrar que este lugar estrutural do bispo e o significado essencial da sucessão histórica no episcopado só se entendem e realizam correctamente ao serviço da apostolicidade de toda a Igreja, ou seja, do dom, da tarefa e do dever de cada um e de todos os crentes de permanecerem fiéis ao testemunho dos apóstolos, vivendo segundo o Evangelho e anunciando-o pela palavra e pelas suas vidas. O ministério ordenado (o ministério episcopal, em particular) é um carisma e um ministério dentro dos múltiplos carismas e ministérios que existem e têm de ser fomentados na vida da Igreja local, pois só desse modo – na comunhão e complementaridade de dons, carismas e ministérios – é que se pode viver e explicitar adequadamente a apostolicidade da Igreja

É, por isso, fundamental desenvolver a sensibilidade de todos (fiéis e responsáveis ministeriais) à riqueza dos diversos carismas e ministérios existentes na vida da Igreja local. A Igreja local é, por natureza e vocação, o espaço privilegiado de expressão e de reconhecimento da multiplicidade de carismas e ministérios ao serviço do Povo de Deus e da sociedade em geral, de modo que a Igreja cumpra o mais plenamente possível a sua tarefa e o seu dever de

---

<sup>27</sup> Cf. W. KASPER, *Der priesterliche Dienst. Repräsentation Jesu Christi als Haupt der Kirche*, in ID., *Theologie und Kirche*, II, 128-144; J. E. BORGES DE PINHO, *O ministério ordenado no diálogo ecuménico*, in H. NORONHA GALVÃO e outros, *Igreja e ministérios*, Semanas de Estudos Teológicos da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa 1995, 143-175.

apostolicidade. As Igrejas locais encontram-se hoje, sem dúvida, perante o imperativo de serem um espaço de criatividade ante as exigências da evangelização, também no que respeita à concretização e ao desenvolvimento dos ministérios.

### **2.5. A vivência coerente do serviço fraterno como expressão qualificada de autêntico amor a Deus**

A diaconia é sinal de autenticidade da comunhão, é através do amor e do serviço fraternos que se torna visível de modo particular a presença e a acção efectivas do Espírito Santo no coração das pessoas e na vida eclesial.

Na verdade, a comunhão eclesial interna seria vazia e falsa, se não se traduzisse em expressões práticas de amor, se dela não decorresse um estímulo constante à prática servicial. «Aprofundar o sentido da comunhão – salienta um texto do diálogo católico-anglicano – não é somente falar da Igreja, é também dirigir-se ao mundo no próprio coração das suas necessidades mais íntimas, porque os seres humanos aspiram a uma comunidade autêntica na liberdade, na justiça e na paz, e ao respeito da dignidade humana»<sup>28</sup>. O mesmo é dito pelo Papa João Paulo II na *Novo Millenio Ineunte*: «Partindo da comunhão dentro da Igreja, a caridade abre-se, por sua natureza, ao serviço universal, frutificando *no compromisso dum amor activo e concreto por cada ser humano*. Este âmbito qualifica de modo igualmente decisivo a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral»<sup>29</sup>.

Enraizada no dom e na vivência da comunhão, a diaconia explicita traços essenciais da identidade cristã e da missão da Igreja. Ela não é um elemento periférico, mas uma dimensão estrutural na caracterização do ser cristão e da missão eclesial, ela constitui a tal ponto um elemento estruturante da vida da Igreja que se pode e deve falar de uma «estrutura diaconal» da Igreja<sup>30</sup>. A diaconia

---

<sup>28</sup> *L'Église comme communion*, n.º 3, p. 382.

<sup>29</sup> *Novo Millenio Ineunte*, 49. Sobre as diversas dimensões da relação entre comunhão eclesial e diaconia cf. J. E. BORGES DE PINHO, *Comunhão eclesial e diaconia*, in *Communio* 18 (2001) 116-129.

<sup>30</sup> Cf. R. VÖLKL, *Caritas als Grundfunktion der Kirche*, in F. X. ARNOLD e outros (ed.) *Handbuch der Pastoraltheologie*, I. Freiburg-Basel-Wien 2/1970, 385-412 e 425.

cristã é o caminho aberto por Jesus com o objectivo de que a vontade de Deus, que nele se manifesta, de uma plenitude de vida para o homem se realize neste mundo em configurações de verdade, justiça, liberdade, amor e paz.

Como forma qualificada do seguimento de Jesus, a diaconia cristã torna perceptível o sentido do seu viver e do seu morrer, é expressão e concretização do serviço ao homem que Jesus introduziu neste mundo (Jo 13, 1 ss), ela apresenta-se, em consequência, como sinal do verdadeiro discipulado. O cristão é chamado a seguir a «atitude de vida diacónica» de Jesus<sup>31</sup>, a ser sacramento vivo do amor de Deus que n' Ele se manifestou, mostrando existencialmente que o amor de Deus e o amor do próximo, como síntese nuclear do Evangelho, são inseparáveis

Passa por aqui um dos elementos decisivos da fidelidade cristã como comunidade de seguimento de Jesus

## **2.6. A qualidade da concreta inserção na vida da comunidade humana**

Em qualquer das suas configurações a Igreja resulta sempre de um encontro específico entre o Evangelho e a realidade social e cultural que envolve a vida dos crentes. A Igreja local/particular (diocese) é uma porção do Povo de Deus situada num contexto sócio-cultural concreto, e esta particularidade sócio-cultural faz parte da definição teológica da Igreja local

De facto, esta dimensão sócio-cultural não representa simplesmente um contexto exterior à realidade eclesial, antes é um elemento constitutivo do ser Igreja historicamente situada, este dado pertence à actualização real da oferta da graça de Deus, que é acolhida pela resposta humana sempre em circunstâncias locais e culturais específicas. Isto é, não existe Igreja de Deus em abstracto, mas sempre histórica e realmente configurada, como encontro da iniciativa salvadora de Deus com a vida das pessoas nas suas diversas expressões de socialidade. Dada a estreita correspondência que existe entre a forma como as pessoas fazem uma experiência de Deus e o modo como se compreendem na sua individualidade e

---

<sup>31</sup> E. BISER, «*Er muss wachsen*». *Anstöße zu einer reduktionstheoretischen Methode*, in *Stimmen der Zeit* 218 (2000) 78.

socialidade, a comunidade eclesial aparece sempre em diversas configurações: como família doméstica, como comunidade de pessoas numa determinada situação ou experiência vocacional, como comunidade local concreta, como Igreja particular, como Igreja universal. De modo diversificado embora, cada crente vive, em concreto e simultaneamente, a sua fé dentro de configurações eclesiais diversas <sup>32</sup>.

Nesta ordem de ideias percebe-se como é importante o sentido da comunidade humana concreta em que a comunidade eclesial se insere, adquirindo um rosto próprio e uma particularidade histórica específica na linha da encarnação. A Igreja não pode ter um estilo de vida sectário, isolado do conjunto da vida da sociedade humana em que se integra, alheia aos seus problemas e condicionamentos sociais, culturais, políticos. Antes, a comunidade cristã, como «grandeza pública» que é, situa-se e realiza a sua missão num espaço social concreto, os cristãos vivem a vida comum dos outros homens e mulheres, ainda que tenham um outro olhar sobre a realidade, uma diferente valoração das coisas, um outro horizonte de sentido para as suas vidas. Não pode haver comunhão sem uma apurada sensibilidade a esta inserção da comunidade eclesial na sociedade humana envolvente. Por vocação, a Igreja deve conjugar, pois, a sua identidade sacramental e confessante com a sua particularidade humana e territorial.

Esta particularidade sócio-cultural que caracteriza toda a realidade eclesial não contradiz a universalidade da Igreja, o sentido profundo da catolicidade que anima o ser cristão e estrutura toda e qualquer pertença à Igreja. Antes, esta necessária relação ao seu espaço humano faz parte integrante da catolicidade das Igrejas locais, a particularidade de cada realização eclesial é chamada a integrar-se na catolicidade da Igreja, que assim se entende como comunhão de diferentes realizações históricas da comunhão eclesial, como «comunhão de comunhões», na certeza de que nessa diferença são vividos, partilhados e participados os mesmos bens da salvação. Catolicidade significa plenitude na fé, respeito dos dons do Espírito na sua variedade, comunhão com as outras Igrejas e assunção crente das diversas culturas humanas.

---

<sup>32</sup> Cf. S. WIEDENHOFER, *Dias katholische Kirchenverständnis. Ein Lehrbuch der Ekklesiologie*, Graz-Wien-Köln 1992.

Esta maneira de ver pressupõe, como é óbvio, um novo olhar sobre a diferença, ou seja, estabelece o lugar da «diferença» no próprio coração do mistério da Igreja: se a Igreja de Deus está em cada Igreja local que a Eucaristia congrega, é precisamente tomando carne na «diferença» da porção de humanidade que a compõe. O universal eclesial, incarnando nessa «diferença» constitutiva de cada Igreja local, torna-a portadora dos valores evangélicos <sup>33</sup>.

### 3. Critérios operativos de comunhão e construção da comunidade

#### 3.1. O fomento de uma espiritualidade de comunhão

A vivência prática da comunhão tem de encontrar meios e expressões estruturais, mas é, antes de mais, uma atitude de espírito, um modo de ser e de viver, de relacionar-se em Igreja e de construir comunidade cristã. Uma atitude de espírito que há-de manifestar-se, por exemplo, no sentido de uma pertença comum, na preocupação de uns pelos outros, na capacidade de diálogo e de correção fraternos, na tolerância das legítimas diferenças, na disponibilidade para a partilha de bens espirituais e de recursos materiais. Trata-se de algo, pois, que faz parte do essencial cristão e que tem de se traduzir num estilo e num modo de agir pastorais. Esta é, aliás, uma das intuições marcantes da *Novo Millenio Ineunte*, que assim corrige um dos equívocos frequentes na maneira como se encara a tarefa da construção da comunhão: «Antes de programar iniciativas concretas, é preciso *promover uma espiritualidade da comunhão*, elevando-a a princípio educativo em todos os lugares onde se plasma o homem e o cristão, onde se educam os ministros do altar, os consagrados, os agentes pastorais, onde se constroem as famílias e as comunidades» <sup>34</sup>.

Mas o que quer dizer, afinal, espiritualidade de comunhão?

Espiritualidade de comunhão significa – como sugere a própria *Novo Millenio Ineunte* <sup>35</sup> – saber ver a presença de Deus nos outros

---

<sup>33</sup> Cf. J. M. TILLARD, *L'Universel et le Local*, in *Irénikon* 60 (1987) 494 e 61 (1988) 37.

<sup>34</sup> *Novo Millenio Ineunte*, 43.

<sup>35</sup> *Id.*

homens e mulheres encarados como irmãos, a capacidade de partilhar as suas alegrias e os seus sofrimentos, a disponibilidade para intuir os seus anseios e dar remédio às suas necessidades, a vontade efectiva de acolher o outro sabendo valorizar, antes de mais, o que há de positivo nele, a capacidade de superar tentações egoístas e saber ser «bom samaritano». Dito de outro modo: a partir da confiança em Deus que nos anima, espiritualidade de comunhão é ter estrutural e permanentemente lugar para o outro no nosso coração (para os seus direitos, os seus problemas, as suas necessidades, as suas perspectivas, os seus dons).

A questão decisiva é, então, como se promove e se desenvolve uma espiritualidade de comunhão, de modo que a Igreja possa ser «a casa e a escola da comunhão», «o grande desafio – diz o Papa João Paulo II – que nos espera no milénio que começa, se quisermos ser fiéis ao desígnio de Deus e corresponder às expectativas mais profundas do mundo»<sup>36</sup>. Sublinho aqui apenas três aspectos.

- a) Importa, antes de mais, dar a indispensável prioridade ao acolhimento e ao anúncio do Mistério de Deus.

Não há espiritualidade de comunhão sem abertura constante e profunda a Deus e seu Mistério, ao chamamento de Deus, aos seus dons e interpelações. A Igreja não tem outra razão de ser senão proclamar e testemunhar o amor salvador de Deus em Jesus Cristo pelo seu Espírito. É crucial, para cada existência cristã e para a Igreja no seu conjunto, saber acolher o Mistério de Deus e ser capaz de anunciá-lo de forma transparente e crível: como o Mistério maior que suporta toda a nossa existência, como o amor criador e renovador sempre presente, como a misericórdia sem preconceitos e sem limites, como a interpelação que nos desinstala e nos converte, como a promessa que suscita a esperança e nos aponta o caminho, como o horizonte definitivo do nosso viver e morrer.

Está aqui, sem dúvida, algo que não pode deixar de ser tido em conta numa correcta «hierarquia das verdades», tanto a nível doutrinal como existencial. Nesta ordem de ideias, somos interpelados a verificar se, fazendo embora porventura muitas coisas, estamos a atender e a corresponder àquilo que é o verdadeiramente essencial.

---

<sup>36</sup> Id.

- b) Espiritualidade de comunhão só se pode desenvolver através de uma preocupação educativa constante (na família, na paróquia, nas diversas comunidades eclesiais, nos grupos e movimentos).

Penso, antes de mais, na vida familiar, onde se torna imperioso, na perspectiva cristã, desenvolver uma pedagogia do saber estar permanentemente atento ao outro. A família é um lugar privilegiado em ordem ao cultivo da comunhão. Trata-se de procurar ajudar a crescer as pessoas, valorizando quotidianamente modos de sentir e de pensar, convicções e comportamentos que sedimentam uma atitude de espírito de estrutural abertura ao outro, de disponibilidade para o serviço dos outros.

Mas o fomento de uma cultura da comunhão interpela as comunidades cristãs, nos seus diversos níveis e expressões de realização, que são chamadas a estruturar-se e a viver como espaços de comunhão solidária, como lugar de aprendizagem da disponibilidade para a doação e o serviço. Na tarefa de ser escola de comunhão e lugar de sensibilização para o serviço fraterno a comunidade cristã encontra um elemento qualificativo, determinante da sua identidade.

Um certo estiolamento da vida das nossas comunidades cristãs tradicionais tem muito a ver com o facto de que não temos conseguido fazer delas esse espaço de aprendizagem e de concreta realização da comunhão e do amor fraternos.

- c) Uma cultura de comunhão supõe abertura à possibilidade de perdão.

Os limites, falhas e pecados fazem parte da história humana, individual e colectiva, envolvem mesmo a história da própria Igreja. A construção da comunhão não é linear, mas tem dificuldades, retrocessos, contradições. Na relação entre pessoas e comunidades, há lugar, indispensavelmente, para a purificação ou reconciliação das memórias, não simplesmente para escamotear culpas e responsabilidades, mas para nos tornarmos mais disponíveis e sinceros na nossa adesão ao Evangelho, para libertar novas forças criadoras que tornem possível um novo futuro em comum <sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Cf. *Novo Milenio Ineunte*, 6. «O único caminho da paz é o perdão. Aceitar e oferecer o perdão torna possível uma nova qualidade das relações humanas entre

### 3.2. *A comunidade cristã como espaço de verdadeira humanidade*

Uma espiritualidade de comunhão tem de assentar num grande sentido de humanidade. Fomentar a comunhão e construir comunidade sem esta profunda sensibilidade relativamente ao Humano e seus valores fundamentais seria construir sobre areia, a médio ou a longo prazo viriam ao de cima elementos corrosivos que destruiriam os pretensos belos ideais. No fundo, é a exigência básica de uma elementar coerência entre o que se proclama e o que se vive.

a) Trata-se, antes de mais, de fomentar atitudes de verdadeira humanidade nos comportamentos internos comunitários, que têm de ser marcados sempre e em todas as circunstâncias pelo sentido elementar da dignidade humana. Em causa está a atitude profunda de reconhecimento de que o outro, em qualquer situação que se encontre, é uma pessoa amada por Deus, é «filho de Deus». Não há fundamento mais absoluto que este para a afirmação incondicional da dignidade da pessoa humana e sua inviolabilidade. «Descobrir e ajudar a descobrir a dignidade inviolável de cada pessoa humana – lembra programaticamente João Paulo II – constitui uma tarefa essencial, diria mesmo em certo sentido, a tarefa central e unificadora do serviço que a Igreja, e nela os fiéis leigos, é chamada a prestar à família dos homens»<sup>38</sup>.

b) Nesta mesma ordem de ideias, há dimensões existenciais práticas no relacionamento entre pessoas e comunidades que são absolutamente decisivas para que a linguagem da Igreja como comunhão tenha alguma credibilidade. Estão neste caso valores humanos básicos, tais como o respeito profundo pela verdade, a coerência de atitudes, o sentido de honestidade, a responsabilização pela palavra dada, a observância de comportamentos éticos elementares, a capacidade de reconhecer erros cometidos, etc.

Mas importa tomar também consciência de que há valores e modos de comportamento que, constituindo parte integrante de

---

os homens, interrompe a espiral de ódio e de vingança, e rompe as cadeias do mal que apertam o coração dos contrincantes»: *Mensagem de João Paulo II para a Quaresma 2001*, n.º 4.

<sup>38</sup> *Christifideles Laici*, 37.

uma espiritualidade cristã, são igualmente decisivos para a vivência real da comunhão e a construção da comunidade. Estão neste caso, por exemplo, a aptidão para pensar juntamente com os outros, para saber partilhar tarefas, para elaborar em conjunto projectos pastorais, para fazer juízos correctos sobre a realidade, para determinar formas participativas de proceder no seio da comunidade, para valorizar os recursos de todos <sup>39</sup>.

O desenvolvimento destas qualidades e destes valores humanos fazem parte de uma verdadeira pedagogia da comunhão. E cada vez mais se percebe que é essencial atender a estes aspectos na formação dos agentes pastorais, em particular no que respeita à formação dos sacerdotes. Onde faltam elementos básicos de autêntica humanidade, não pode implantar-se qualquer espiritualidade séria, digna de Deus e verdadeiramente crível para os homens e as mulheres do nosso tempo.

c) A comunidade cristã só pode ser espaço de verdadeira humanidade se emergir, consistente e coerentemente, como lugar de aceitação acolhedora de uns pelos outros. A criação de um ambiente de relacionamento aberto e de acolhimento mútuo não pode deixar de ser um dos objectivos e preocupações prioritários da comunidade cristã, possibilitando que a experiência real das pessoas na vida interna da comunidade corresponda minimamente àquilo que se proclama e se celebra. Embora se venha insistindo ultimamente neste aspecto, não há dúvida que a dimensão de acolhimento continua a ser pouco estruturada e desenvolvida nas nossas comunidades cristãs.

Nesse sentido é de importância vital que os cristãos sintam a sua pertença a uma comunidade cristã como autêntica experiência de comunhão. É a este nível local-existencial que é possível verificar, como que em laboratório, as condições e os valores reais da comunhão. É utópico imaginar que a comunhão cresça a nível da Igreja local se não houver experiências vividas de comunhão a nível das configurações eclesiais mais pequenas que integram uma diocese.

---

<sup>39</sup> Cf. A. MARTO, *A Igreja, mistério de comunhão*, in *Humanística e Teologia* 14 (1992) 329.

### 3.3. *O desenvolvimento da sinodalidade*

A Igreja como comunhão é um projecto, um apelo contínuo a viver os dons de Deus na experiência da fraternidade humana e cristã. Comunhão será uma palavra vazia se não for acompanhada de formas visíveis através das quais ela se manifesta, se articula e se desenvolve, se não se traduzir em mediações que são indispensáveis para a transformação progressiva de mentalidades e a assunção de compromissos eficazes. A comunhão eclesial não pode realizar-se e desenvolver-se sem uma comunicação e uma participação amplas nas formas de vivência da fé, sem estruturas vivas de corresponsabilidade, sem o reconhecimento e o fomento da dimensão sinodal. De forma inequívoca João Paulo II fala na *Novo Millenio Ineunte* da necessidade de um novo empenho neste campo das expressões práticas da comunhão, salientando que, em última análise, se está a redescobrir a verdadeira natureza da Igreja e o modo como se deve viver dentro dela <sup>40</sup>.

A dimensão ou o princípio sinodal exprime a comum responsabilidade do povo de Deus que, procurando caminhar para o Reino definitivo de acordo com as exigências do Evangelho, se esforça no sentido de um agir comum, na consciência de uma mesma missão e de um conjunto de tarefas que a procuram realizar. Em correspondência com a tradição mais original da Igreja, que desde muito cedo conheceu o desenvolvimento de formas colegiais e sinodais juntamente com o ministério hierárquico, a sinodalidade é o modo adequado de exercício da autoridade pastoral na Igreja-comunhão <sup>41</sup>.

De facto, na sinodalidade ou no princípio sinodal como dimensão estrutural da Igreja exprime-se o modo como a configuração comunitária da vida eclesial se tem de realizar na comum escuta do

---

<sup>40</sup> Cf. *Novo Millenio Ineunte*, 43 e 44.

<sup>41</sup> Cf. S. MADRIGAL, «*Sínodo es nombre de Iglesia*» (S. Juan Crisostomo). *Corresponsabilidad, autoridad y participación*, in *Sal Terrae* 89 (2001) 197-212, esp. 200 s. Cf. *Le don de l' autorité. Rapport de la Commission internationale anglicane-catholique romaine (ARCIC II) 1999*, in *La Documentation Catholique* 2204 (1999) n.ºs 34-40, p. 473 s.; H. LEGRAND, *Réception, sensus fidelium et vie synodale. Un essai de articulation*, in H. LEGRAND - J. MANZANARES - A. GARCÍA Y GARCÍA (ed.), *La recepción y la comunión entre las Iglesias. Actas del Coloquio Internacional de Salamanca 8-14 de Abril 1996*, Salamanca 1997, 501-530.

Espírito, no testemunho activo da fé, na corresponsabilidade de todos os membros e comunidades, na articulação dos diversos carismas e ministérios. Na medida em que permite um diálogo vivo e fomenta a liberdade de debate, dá lugar a uma participação verdadeiramente representativa dos fiéis, consegue uma articulação equilibrada dos diversos serviços e ministérios, está aberta à presença de pessoas com sensibilidades diferentes, possibilita uma fundamentação argumentativa das questões em análise, articula todo um processo orientado no sentido de se chegar a um consenso na compreensão e na expressão da fé, a dimensão sinodal possibilita e fomenta a realização da comunhão e da missão eclesiais.

Nesta ordem de ideias percebe-se como é fundamental concretizar e desenvolver, a todos os níveis, formas sinodais que possibilitem o diálogo constante, a partilha de responsabilidades, a participação nas decisões, o sentido de pertença à mesma Igreja <sup>42</sup>. Se a sinodalidade é, antes de mais e radicalmente, essa capacidade de caminhar em comunhão, também é verdade que tudo permaneceria no vácuo e sem repercussão institucional se não se traduzisse em determinadas estruturas de corresponsabilidade a todos os níveis.

Todavia, a questão fundamental não é apenas que esses órgãos existam (nalguns casos isso até já acontece, e de qualquer modo as formas concretas possíveis são muito diversificadas), mas decisivo é sobretudo que cresçam, se tornem órgãos verdadeiramente indispensáveis na afirmação e no desenvolvimento da corresponsabilidade e que os detentores de particular autoridade na Igreja os reconheçam no seu papel fundamental.

### ***3.4. Pressupostos de participação e corresponsabilidade***

A perspectiva da comunhão aponta, tanto a nível pessoal como comunitário, para uma Igreja construída e participada por sujeitos

---

<sup>42</sup> Podem mencionar-se assim, por exemplo, diversas formas sinodais e de exercício da corresponsabilidade: a nível da diocese (Conselho Presbiteral, Conselho Pastoral, Assembleia Diocesana, com diversas expressões possíveis); a nível das vigararias ou arceprestados ou zonas pastorais (Assembleia Vicarial ou da Zona Pastoral); a nível das comunidades paroquiais (Conselho Pastoral Paroquial); a nível da integração dos diversos movimentos, obras e carismas (Assembleias de Obras e Movimentos, por exemplo); a nível regional ou universal (Sínodos Diocesanos, Sínodos Regionais, Congressos Nacionais, Sínodos Universais).

responsáveis, conscientes da própria vocação e dos diversos dons e carismas que receberam e que são chamados a desenvolver na sua existência crente. Há que reconhecer que persistem neste domínio da participação e da corresponsabilidade algumas dificuldades provenientes, por um lado, de mentalidades pouco abertas a uma atitude estruturalmente participativa na vida da Igreja e, por outro, de alguma apatia e descrença face à lentidão das mudanças e à, pelo menos aparente, ausência de uma vontade efectiva de concretização de uma Igreja como comunhão.

No que ao primeiro aspecto se refere, não pode ser ignorado que a tendência católica a valorizar a dimensão pessoal do ministério ordenado (e essa valorização é algo de muito importante!) tem tido como consequência concomitante alguma subalternização das dimensões colegial e comunitária que igualmente caracterizam a identidade do ministério eclesial e devem determinar o serviço que é chamado a prestar. No que à apatia de muitos fiéis diz respeito, não há dúvida que estamos diante de uma realidade muito complexa, que envolve diversos factores e que exigirá certamente um longo processo de transformação de mentalidades e de busca de novas atitudes.

Neste contexto da concretização efectiva de sinodalidade, sublinho cinco exigências fundamentais, de modo que a situação actual possa vir a ser modificada em sentido positivo.

- a) A urgência de estimular e fazer crescer nas comunidades cristãs o sentido de uma responsabilidade comum

O desenvolvimento coerente e eficaz da sinodalidade só é possível se se assumir, sem reservas, a visão da Igreja como Povo de Deus, no seio do qual os fiéis vão crescendo na consciência de que são membros activos e chamados a participar numa missão comum. Continua a ser tarefa básica fundamental – e permanecerá certamente ainda por muito tempo! – a necessidade de afirmar e fomentar a corresponsabilidade do maior número possível de fiéis, lembrando, a tempo e a contratempo, o direito e o dever de participação de todos os crentes na vida da Igreja.

Neste contexto, é indispensável referir que não se trata aqui, apenas nem sobretudo, de fazer apelos morais com o objectivo de interpelar a consciência dos cristãos. Bem mais do que isso, é necessário e de suma importância perceber que uma comunidade eclesial – seja a comunidade cristã local ou a Igreja local no seu

conjunto – não pode deixar de perguntar-se, com a maior verdade e honestidade possíveis, porquê tantos fiéis permanecem ausentes, apáticos, indiferentes à assunção de responsabilidades na vida da Igreja. Há para isso certamente razões culturais (relacionadas com o ambiente geral que se vive), estruturais (desenvolvimentos menos felizes ao longo da história da Igreja, com suas consequências bem visíveis no presente) e contextuais (relacionadas com as circunstâncias concretas locais, sejam elas a nível de pessoas, de estruturas, de opções pastorais, etc.). Sem uma autocritica aberta e realista sobre essas razões e sem o esforço sincero de eliminar aquelas causas que nós próprios podemos e devemos contribuir para afastar, não há caminhos sólidos, com futuro, de desenvolvimento da corresponsabilidade (ou, então, esses caminhos serão extremamente lentos, com enormes prejuízos para a vida dos crentes e para o cumprimento da missão da Igreja). É urgente criar condições para que uma participação corresponsável, adulta, comprometida, em ritmo de maturidade da fé e sob o horizonte da indispensável liberdade de consciência, seja o contexto normal do viver crente em Igreja.

b) A necessidade de saber ouvir as pessoas.

Há que querer e saber ouvir as pessoas, estando atentos às experiências reais dos fiéis nas suas múltiplas circunstâncias de vida, auscultando o sentido da fé dos crentes, captando os seus sentimentos, opiniões e reacções face às decisões tomadas (recepção), caminhando em conjunto na busca comum da verdade. «Dando aos crentes a liberdade de tomar a palavra para testemunhar a sua vida de crentes, dá-se à Igreja a oportunidade de aparecer e de ser o que ela verdadeiramente é: o lugar primordial da fé recebida, partilhada, celebrada e anunciada»<sup>43</sup>. Trata-se, no fundo, de reconhecer a acção do Espírito na comunidade e na vida dos crentes, como lembra João Paulo II na *Novo Millenio Ineunte*, citando S. Paulino de Nola: 'Dependemos dos lábios de todos os fiéis, porque, em cada fiel sopra o Espírito de Deus'<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> CL. DAGENS, *Proposer la foi dans la société actuelle. Un projet pour l'Église au seuil du XX.e Siècle*, in *Nouvelle Revue Théologique* 121 (1999) 374.

<sup>44</sup> *Novo Millenio Ineunte*, 45. «Os que exercem a *épiskopè* no Corpo de Cristo não devem ser separados da 'sinfonia' de todo o Povo de Deus, onde têm um papel a

Sem dúvida que saber ouvir as pessoas é uma tarefa difícil, porque faltam muitas vezes condições de cultura, de educação, de compreensão mais aprofundada dos assuntos, etc. Mas todos temos de estar conscientes de que se trata de um caminho básico irrecusável.

c) O estabelecimento de um clima de confiança

Um dos obstáculos bem concretos ao desenvolvimento da sinodalidade é o facto de, em muitos casos, se ter perdido a confiança e se ter deixado de acreditar nas pessoas e nas propostas que se fazem, em razão do peso histórico de estruturas, decisões e imposições do passado ou simplesmente como consequência da sensação que não há vontade efectiva de transformar a realidade. É, pois, de importância fundamental restaurar a confiança e a abertura mútuas para que a sinodalidade seja possível e frutifique. J. M. Rovira sublinha precisamente que «a alma da sinodalidade consiste na confiança de todos os membros da Igreja – pastores e leigos – em que é possível debater com paz e honestidade cada um dos temas candentes próprios da missão eclesial, porque toda a Igreja sabe e crê que a Palavra de Deus a orienta e que o seu Santo Espírito a ilumina para que possa achar o consenso na linha da tradição da fé»<sup>45</sup>.

d) A qualidade da comunicação

Não há comunhão nem construção de comunidade sem uma comunicação ampla e constante. Esta é uma questão crucial que envolve a existência de uma informação correcta e suficiente, como pressuposto mínimo indispensável de uma cultura de diálogo, de colaboração e de participação. Importa assim trabalhar em ordem a que a dimensão comunicacional se torne, de facto, uma dimensão e uma preocupação que atravessam toda a acção pastoral da Igreja.

Certamente que não é possível – nem seria mesmo conveniente – uma pretensa «transparência total» (isso poderia ser mesmo para-

---

jogar. Eles necessitam de estar atentos ao *sensus fidei*, do qual eles próprios também participam, se querem estar sensibilizados para a necessidade de uma intervenção para o bem-estar e a missão da comunidade, ou quando um elemento da Tradição tem necessidade de ser recebido de maneira nova»: *Le don de l' autorité*, n.º 30, p. 472.

<sup>45</sup> J. M. ROVIRA, *Vaticano II: un concilio para el tercer milenio*, Madrid 1997, 83. Cit. em S. MADRIGAL, «*Sínodo es nombre de Iglesia*», 211.

lisador de decisões e até desumano nalgumas das suas consequências). Mas há que buscar, com honestidade e coerência, a transparência possível e adequada às circunstâncias, proporcionando os elementos de informação indispensáveis, preocupando-se em dar a conhecer os motivos das decisões, tornando o mais amplo possível o acesso informativo àquilo que constitui a vida da comunidade eclesial (desde o dinheiro às tarefas administrativas ou às orientações pastorais).

f) Superar a tensão/oposição entre o deliberativo e o consultivo

As formas permanentes de sinodalidade só têm razão de ser enquanto criam condições para que as pessoas intervenham por direito próprio, a tomada de decisões seja o mais participada possível e aconteça um honesto esforço argumentativo na clarificação das questões em análise. Exprime-se assim ao nível estrutural a disponibilidade de todos – a começar pelos pastores – para se integrarem num processo comum de aprendizagem e de busca de consenso. Decisões da autoridade que não respeitem os indispensáveis processos de expressão da opinião, que não permitam o amadurecimento das questões ou que insistam unilateralmente nas relações formais entre os que detêm a autoridade e os que devem obedecer impossibilitam uma recepção criativa e carecem cada vez mais de credibilidade.

É importante ter bem presente que não se trata aqui simplesmente de querer decidir os problemas pendentes por expressões de maioria. Como é igualmente claro que a corresponsabilidade de todos os crentes não se desenvolverá se tudo se afunila na alternativa carácter consultivo *versus* carácter deliberativo. A sinodalidade caracteriza-se precisamente pelo caminhar em conjunto na busca de consensos, procurando encontrar as propostas e decisões mais adequadas à luz do Evangelho.

Mas a expressão de opinião neste processo de diálogo e de escuta mútua deve ser tomada bem a sério, a atenção e o peso a dar a essa opinião não podem ficar apenas dependentes da «boa vontade» dos pastores. Pelo contrário, a maior parte dos assuntos que são objecto de reflexão sinodal podem e devem ser decididos em conjunto. É assim imprescindível caminhar no sentido de que as decisões sobre objectivos e prioridades pastorais sejam efectivamente tomadas pelos órgãos sinodais competentes.

### 3.5. *O sentido da unidade na diversidade*

Comunhão não é monolitismo, mas vivência do fundamental comum na imensa diversidade de situações e pressupostos culturais, histórias pessoais e colectivas. A tensão unidade-pluralidade é estrutural à experiência originária da fé. O mesmo Deus Trinitário que é a fonte da unidade é a raiz da diversidade, o mesmo Espírito Santo que possibilita a vida comunitária e gera a comunhão suscita também na Igreja uma variedade de vocações, carismas, ministérios, formas individuais e comunitárias de vivência da fé, numa complementaridade de dons e tarefas em resposta às diversas situações existenciais e interpelações históricas. Comunhão dos crentes nunca pode significar, pois, uniformidade, é antes e sempre pluri-formidade, é uma comunhão que precisa mesmo da diversidade para a plenitude da sua realização<sup>46</sup>. Se é necessário rejeitar inequivocamente tendências pluralistas centrífugas que ponham em causa a identidade cristã e eclesial, é também indispensável afirmar sem medo e com sentido positivo o lugar legítimo da diversidade na comunhão da mesma fé.

Nesta ordem de ideias acentuo três aspectos.

a) É importante ter-se consciência sempre renovada de que a visão da Igreja como comunhão não aponta para um qualquer espaço idílico, sem problemas e ambiguidades, sem tensões nem conflitos. A Igreja-comunhão é projecto e interpelação constantes, a linguagem da comunhão situa-nos sempre num horizonte escatológico e de esperança a cumprir, é uma linguagem de promessa que sugere a prossecução continuada de um caminho e que nos conduz a um excesso não completamente subsumível nesta história.

Não há, pois, lugar a um qualquer discurso idealizado acerca da comunhão eclesial, um discurso que não tenha em conta a realidade que vivemos, os obstáculos concretos, as contradições reais

---

<sup>46</sup> «Esta perspectiva de comunhão está intimamente ligada à capacidade que tem a comunidade cristã de dar espaço a todos os dons do Espírito. A unidade da Igreja não é uniformidade, mas integração orgânica das legítimas diversidades: é a realidade de muitos membros unidos num só corpo, o único Corpo de Cristo (cf. 1 Cor 12,12)»: *Novo Milenio Ineunte*, 46. Cf. J. E. BORGES DE PINHO, *Unidade e pluralidade na Igreja*, in J. CARREIRA DAS NEVES e outros, *Cristãos na transição de Milénio*, XXI Semana de Estudos Teológicos (7-11 de Fevereiro de 2000), Lisboa 2001, 91-123.

quotidianas. Uma espiritualidade de comunhão não assenta num idealismo abstracto ou num monolitismo estéril, mas afirma-se e apura-se pela capacidade de suportar e integrar essas tensões e dificuldades. A comunidade cristã é chamada a ser «casa e escola da comunhão» não por cima ou para além dessa pluralidade e das eventuais tensões que ela comporta, mas no meio dessa pluralidade e das tensões que dela decorrem. A vivência da Igreja como comunhão e a construção de comunidade não podem prescindir, por isso, da análise rigorosa da realidade da vida eclesial, da atenção concreta aos seus limites, suas dificuldades e suas contradições.

b) A cultura da comunhão exige uma grande sensibilidade e um profundo respeito pelo outro no seu ser diferente. Se a diversidade não está contra a comunhão, mas é situação normal e necessária de vivência da comunhão, ela constitui uma interpelação a saber valorizar o diverso de nós como algo complementar da nossa visão, do nosso testemunho, do nosso serviço.

É, pois, fundamental a capacidade de perceber e de tolerar a diversidade dentro da mesma fé, a abertura mental e espiritual a admitir que os caminhos de Deus não são exactamente os caminhos das nossas ideias e opções (da minha paróquia, da minha congregação religiosa, da minha ideia de Igreja, das minhas convicções particulares). O Reino de Deus constrói-se, felizmente, para além das nossas ideias, realizações, projectos. A autêntica comunhão eclesial há-de ser, assim, fonte e esteio que suporta a pluralidade possível de formas vivenciais da fé e de caminhos no seu testemunho, sempre na abertura ao diálogo e à interpelação mútua.

c) Reconhecer o valor da pluralidade dentro duma Igreja que é comunhão significa também, obviamente, dar o espaço indispensável à criatividade de pessoas e grupos, estimular caminhos próprios de iniciativa sem querer controlar tudo de antemão, dar tempo a que as novas iniciativas amadureçam e manifestem as suas potencialidades, projectar comunidades abertas a múltiplas formas de presença e acção

Só deste modo é possível desenvolver toda a riqueza da participação dos cristãos nas inúmeras situações do seu viver como Igreja ao serviço do mundo. Não teria futuro uma Igreja que sistematicamente abafasse a profecia e não desse espaço à ousadia e ao risco de passos novos, algo diferentes em relação àquilo que até

agora sabíamos, conhecíamos ou éramos capazes de fazer. A realização da missão da Igreja, como evangelização das pessoas e das culturas e como serviço global à humanização deste mundo, não pode deixar de ser um processo aberto que passa por muitos caminhos, metodologias diversas, histórias pessoais e comunitárias diferentes, formas diferenciadas de resposta segundo os contextos e as prioridades que interpelam os cristãos.

### **3.6. *Uma inequívoca opção pelos mais pobres***

Para a realização da Igreja como comunhão e para a construção de comunidade é de importância decisiva que a comunidade cristã tome consciência de que só através do serviço e do amor fraternos, da capacidade de solicitude para com as pessoas em dificuldade, encontra a sua plena significação e a mais visível eficácia como sinal do amor de Deus para com os homens. Saliento dois aspectos, a concluir.

a) Em última análise, a comunidade cristã só pode ir crescendo em autenticidade e ser «casa e escola da comunhão» se se acreditar mesmo que a comunidade eclesial é construída pelo amor fraterno, se a atitude de serviço for o prisma pelo qual é vista e delineada toda a acção pastoral, se o amor marcar as grandes orientações, as decisões estruturais, as prioridades do agir pastoral.

Nesta ordem de ideias, ressalta de modo particular o que significa a autêntica vivência da comunhão eclesial para a humanidade do homem e para a humanização deste mundo. Não há dúvida que, neste âmbito, o grande contributo que a Igreja pode prestar à sociedade passa, antes de mais, pela capacitação humana e espiritual dos crentes para a disponibilidade servicial, para a atitude de entrega e doação, para a solidariedade sacrificada, para a sensibilidade atenta às necessidades alheias.

b) É no serviço aos mais pobres e mais carenciados que acontece a verificação decisiva da verdade da comunhão solidária que brota da fé. Perceber definitivamente que aqui está em jogo a autenticidade do Cristianismo é, sem dúvida, uma das grandes transformações de consciência que impende sobre os cristãos, constituindo uma das interpelações mais determinantes nos tempos que vivemos. Mais do que nunca pressente-se que qualquer linguagem sobre

a Igreja como comunhão perde sentido e credibilidade se não estiver assente numa clara, inequívoca e constante opção preferencial pelos mais pobres, como expressão privilegiada do que significa o amor misericordioso de Deus pelos homens.

No pobre – naquele a quem não é dada a possibilidade de viver uma vida verdadeiramente humana – é o homem como imagem de Deus que está ameaçado, oprimido, posto em causa. Mais concretamente ainda à luz do Evangelho, no pobre o cristão é interpelado a reconhecer a presença actual e especial de Jesus, é no pobre e no homem necessitado que essa presença é oferecida e surge como interpelação a todo aquele que busca os verdadeiros traços de Deus<sup>47</sup>. O que está aqui em causa – lembrou-o o Papa João Paulo II, de um modo bem incisivo, na *Novo Millenio Ineunte* – não é uma questão do comportamento moral mais adequado, antes está em jogo a própria coerência elementar cristã: «Se verdadeiramente partimos da contemplação de Cristo, temos que saber descobri-lo sobretudo no rosto daqueles com os quais ele próprio quis identificar-se: [...] (Mt 25, 35-36). Esta página não é um mero convite à caridade, mas uma página de cristologia que projecta um feixe de luz sobre o mistério de Cristo. Nesta página, não menos do que o faz com a vertente da ortodoxia, a Igreja mede a sua fidelidade de Esposa de Cristo»<sup>48</sup>.

Compreender que está aqui em causa uma questão de verdadeira fé (ortodoxia) e procurar ser coerentes em termos de grandes prioridades pastorais e opções existenciais práticas (ortopraxia) é, sem dúvida, o grande desafio que o mundo de hoje e do novo século coloca à vivência e ao testemunho da comunhão eclesial e à construção de autênticas e críveis comunidades cristãs.

JOSÉ EDUARDO BORGES DE PINHO

---

<sup>47</sup> Cf. J. NIEUVIARTS, *Jésus, l'homme des Béatitudes*, in *Lumière et Vie* 234 (1997) 38 e 44-46.

<sup>48</sup> *Novo Millenio Ineunte*, 49.